



APRESENTAÇÃO

Educação em Vertigem: cenário de lutas e (re)existências

*[...]Por lo que fue y por lo que pudo ser
Por lo que hay, por lo que puede faltar
Por lo que venga y por este instante
Levanta el vaso y a brindar por el aguante
A brindar por el aguante[...]*¹

*El aguante
Rene Perez e Eduardo Cabra
Calle 13*

“Por lo que hay, por lo que puede faltar”, assim diz um dos trechos da canção, apresentado como epígrafe deste texto. Texto que se configura como a apresentação de mais uma edição da revista Geadel que reflete a possibilidade de estar caminhando, apesar das desesperanças que nos assolam, apesar das adversidades que invadem nossas existências, apesar das lutas que precisamos travar para ter, enquanto professores, a possibilidade de promover diálogos (FREIRE, 2013) e, muitas vezes, tecer leituras sem mesmo saber lê-las (LARROSA, 2004).

Consideramos que estamos em espaços de angústias constantes que podem nos impedir de “caminar”², de falar, de pensar, de, simplesmente, agir. No Brasil, em uma história recente, passamos por momentos de desesperanças, vendo nossos direitos sendo esfacelados como nas mãos de conglomerados econômicos subsidiados pelo representante máximo da nação: o presidente da república. Vimos, a partir de 2018, políticas devastadoras, que se fizeram institucionais em muitos casos, resultantes de ações de desmonte de espaços democráticos e, em plena pandemia ocasionada por um vírus devastador, vimos um Governo Federal inerte que ocasionou a morte de milhares de brasileiros. Brasileiras e brasileiros, a dois dias de verem empossado um novo presidente, tendo em vista que Luís Inácio Lula da Silva ganhou as eleições do ano de 2022, sofreram pelas ações de um sujeito que nem podemos chamar de quixotesco ou mentecapto para não

¹ Letra completa disponível neste site: <https://www.lettras.mus.br/calle-13/el-aguante/traducao.html>. Consultado em 28/12/2022.

² Menção a uma canção do grupo porto-riquenho El Calle intitulada Latinoamérica, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7jc-PnvxOIU>, consultado em 28/12/2022.

correremos o risco de macular a imagem de importantes personagens da literatura³. Assim, também por estarmos em estágios de desesperanças, mas que de longe nos impedirá de agir - “Aguantamos cada año a nuestro pu* presidente”⁴ -, começamos o título deste texto com a palavra “educação” e, antes do subtítulo, nos remetemos à palavra “vertigem”.

Em diálogo com o documentário brasileiro da diretora Petra Costa “Democracia em Vertigem”⁵, lançado em 2019, esta Apresentação carrega em si marcas de lutas e (re)existências de um grupo da sociedade que se viu sufocado por determinadas atitudes e discursos antidemocráticos. Enquanto professores universitários, envolvidos em cursos de licenciatura para formação de professores de línguas/linguagens, sentimo-nos sobreviventes de um período de nossa história em que a educação foi marcada por significativos cortes orçamentários e por ministros da (des)educação (OLIVEIRA; SILVA-ANTUNES, 2021) nada representativos dos verdadeiros anseios de professores, alunos, pesquisadores que, de fato, vivenciam a educação brasileira em seus pormenores.

No citado documentário, Costa mostra uma narradora, ela mesma, preocupada com a situação de nosso país, recém saído da ditadura, permeado por uma proposta de democracia a passos lentos e uma Nova Constituição. Nas primeiras eleições diretas pós-ditadura, o ganhador das tão sonhadas eleições de 1989⁶ mostra ao país que os seus interesses não coincidiam com o sonho de brasileiros que viam, naquelas eleições, possibilidades de mudanças. É o impeachment da era pós-constituição de 1988 que consolidou uma série de problemas socioeconômicos que elevou o Brasil aos piores e mais tristes índices referentes à miséria, à fome, às altas taxas de analfabetismo, dentre outros graves problemas sociais. As eleições de 1989, insurgente dos movimentos das diretas e, antes disso, de toda uma luta pela construção de um espaço de direito, se vê como um dos países mais pobres do mundo, resultante de diferentes formas de corrupção e da subordinação a conglomerados estrangeiros que viam o Brasil como um espaço de lucro e mão-de-obra barata.

Nas eleições de 1994, com uma perspectiva de melhora da economia do plano real, e, por causa dele, em 1995, toma posse um novo presidente, Fernando Henrique Cardoso, que parecia, mais uma vez, trazer nichos de esperanças aos brasileiros, o que, logo de início, a empreitada se mostrou infrutífera. Continuávamos sob a égide do capital estrangeiro, com elevados níveis de miséria e índices educacionais que não condiziam com a riqueza natural do país. Em 1998, o mesmo presidente ganha as eleições, tomando posse no ano seguinte, e continuou com sua política liberal, voltada para a produção interna a preços de

³ Referência aos personagens Dom Quixote, personagem do livro de mesmo nome de Miguel de Cervantes, e Geraldo Viramundo, criação de Fernando Sabino no livro O Grande Mentecapto.

⁴ Trecho da canção El aguante.

⁵ Disponível na plataforma de Streaming Netflix.

⁶ Fernando Collor de Melo assume a presidência em março de 1990 e sai em 29 de dezembro de 1992, após sofrer o *impeachment*, dando lugar a seu vice, Itamar Franco, que fica até dezembro de 1995.

“banana” ao mercado externo, sobretudo com as famosas privatizações de empresas nacionais vendidas a preços módicos, a partir de uma proposta de diminuição das taxas da galopante inflação⁷. Após esse período, tivemos quase 20 anos de um mesmo partido no poder⁸, por meio das relações permitidas pela Constituição vigente, como reeleições, impedido de continuar devido a um golpe de estado, eufemisticamente chamado de impeachment, que retirou do poder a única presidenta que o Brasil já teve. Nesses quase 20 anos de política petista, o Brasil apresentou algumas melhoras no tocante à educação, fruto de investimentos e políticas específicas para a área, principalmente a nível superior, com aumento de vagas e construção de novas universidades e dos Institutos Federais. É importante destacar que as políticas de investimento à educação promovidas nesses governos advém da luta de movimentos sociais voltados para a promoção de valorização do professor e de espaços educacionais que adquiriram força, principalmente, após a Constituição de 1988, resultando em ações diretas para a melhoria da educação como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997/1998) e a Base Nacional Comum Curricular (2017/2018)⁹, que podem ser consideradas ações avançadas frente ao nosso complexo sistema educacional que, certamente, demanda por políticas sérias, voltadas para a qualidade de ensino, sempre pauta das lutas de nosso corpo docente. Lutas que precisaram se intensificar, a partir do ano de 2018, quando se iniciaram políticas de desmonte de bens públicos e tentativas de esfacelamento de direitos adquiridos, como as ações antidemocráticas citadas no primeiro parágrafo deste texto. Nós professores, juntamente com outros parceiros de mesma categoria, nos víamos em constantes enfrentamentos, além dos historicamente constituídos, para nos mantermos vivos - ainda tivemos de enfrentar uma pandemia, a partir do ano de 2020 que não acabou - diante de nossos alunos e das diferentes atribuições de pesquisas e de ações de extensão que nós professores universitários nos prontificamos a fazer. Mas, como fazer tudo isso sem o devido investimento estatal? Como produzir aulas satisfatórias, pesquisa de ponta e ações de extensão às comunidades envolvidas sem dinheiro e com ações ideológicas fortemente arrebatadas para a prática do capital? A luta é e se faz necessária constantemente.

E de/em lutas têm vivido constantemente os milhares de professoras e professores em várias regiões do Brasil. Se aplicarmos uma ferramenta para gerar um painel de palavras¹⁰ em textos que abordam lampejos

⁷ Sobre as privatizações de empresas estatais, recomendamos assistir ao documentário A distopia do capital (1994), de Silvio Tendler, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A8As8mFaRGU>. Nesse documentário, Tendler mostra, por meio de *flashes* da história brasileira como os governos, por meio de diferentes formas de subalternidades ao capital estrangeiro, venderam empresas brasileiras a preços irrisórios.

⁸ Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, fica à frente da presidência por dois mandatos consecutivos, de 2003 a 2011; após sua saída, sua sucessora, Dilma Rousseff, assume e é reeleita em 2014, permanecendo por mais dois anos.

⁹ A Base Nacional Comum Curricular é resultante de diferentes ações de movimentos sociais pró educação de qualidade. Contudo, há algumas problematizações referentes à abordagem linguística (ideologias linguísticas), dentre outras questões, que o documento apresenta. Para mais informações sobre a questão ver Szundy (2017).

¹⁰ Como, por exemplo, as ferramentas *Wordle*, *Tagui*, *Wordsift*, etc.

da história da educação brasileira, provavelmente o termo **luta** ocuparia o lugar de destaque no referido painel. Lutas por melhores salários; por condições dignas de trabalho, especialmente no que se refere à infraestrutura das escolas brasileiras que se encontram sucateadas; pelo direito à qualificação profissional; e, sobretudo, pela valorização do profissional educador no Brasil, sofrendo com o evidente descaso do atual governo, comandado por Bolsonaro, que coloca como prioridade pautas direcionadas ao empresariado brasileiro e estrangeiro de diferentes linhas de produção, desde à economia industrial, passando pela agricultura, à mineração, o que acarretou o aumento da miséria e diferentes formas de devastação da natureza.

Embora conscientes de que as mudanças não acontecerão de forma imediata, nós que nos dedicamos à promoção de diálogos que resultam em produções de saberes: saber (conhecimento), saber fazer (capacidades) e saber ser (atitudes), ademais de plantar esperança neste país, aguentamos o descaso, a desvalorização, o rechaço, a perseguição à nossa classe. Aguentamos porque, como bem coloca René Pérez em sua música *El aguante*, nascemos para aguentar. Aguentamos o que veio e o que vem, aguentamos ainda que tenhamos os segundos contados.

Aguentamos, engessados - porém, não amarrados - , especialmente nos últimos dois pares de ano, os diversos ataques à educação básica e superior no Brasil. Mais recentemente, assistimos - o que também nos impulsionou a sair da inércia - aos sucessivos bloqueios financeiros realizados pelo Governo Federal a Institutos e a Universidades Federais, que impediu o pagamento de despesas básicas como pagamentos de bolsas para estudantes e pesquisadores, de contas de água e de luz, de proventos de salários dos funcionários que prestam serviços terceirizados, de serviço de transporte de estudantes, de auxílio alimentação, entre outros. Também, ao longo do mandato desse (des)governo, assistimos aos ataques à escola pública e ao profissional docente, como, por exemplo, o movimento acelerado pela regulamentação do *homeschooling* e diferentes formas de tentativas de implantação da chamada Escola sem partido. Não é por acaso que um governo como esse apoie, incentive e pratique atos ditatoriais em escolas para impedir a liberdade de pensamento e de produção de ideias. Referimo-nos à chamada Escola sem partido - leia-se *escola sem a prática do pensamento livre* - que, em sua gênese, já se estabeleceu como um dos grandes fracassos da história da educação brasileira, sobretudo se considerarmos que, se toda prática social é ideologicamente constituída (FAIRCLOUGH, 2001), as escolas, em meio à sua própria fundamentação constituída por diferentes abordagens teóricas não são politicamente neutras, sendo compostas por diferentes ideologias que organizam propostas de ensino, currículos, atividades específicas desenvolvidas por professores em sala de aula, diferentes ações do corpo gestor etc. Tentativas de impedir a base das instituições de ensino que, a nosso ver, é a diversidade de ideias, são, no mínimo, um contrassenso. Assim, em meio a diferentes tipos de despautérios, aguentamos, embora desacreditados, a proposta de campanha do presidente candidato à reeleição para "salvar" a educação brasileira (uso do aplicativo GraphoGame para alfabetizar crianças em

seis meses). Em debate televisivo, para justificar o uso de recursos eletrônicos como esse aplicativo, o então candidato à reeleição, de forma irônica, menciona que a pedagogia de Paulo Freire “não foi exitosa, não foi capaz de alfabetizar”. Cabe ressaltar que a proposta consistia na adoção de um aplicativo, utilizado como apoio às práticas pedagógicas de professores na Finlândia, e, ao ser adaptado à língua portuguesa, seria implementado nas escolas brasileiras. A implantação desse aplicativo, além de ser resultado de um disparate - como tantos cometidos pelo presidente canastrão -, é fruto de uma total ignorância quanto aos rumos que uma educação pode levar, tendo em vista que ações educacionais isoladas em países específicos, principalmente naqueles considerados desenvolvidos, não são garantias de práticas educacionais benéficas em outros países. É a velha - e que insiste em não morrer - história em considerar que o que ocorre na Europa (e nos Estados Unidos) é bom para os países tradicionalmente subalternizados como o Brasil. Trata-se, meramente, de traços de colonialidade¹¹ interconectados com a ânsia pelo dinheiro e pela acumulada tentativa de vários governos liberais (ou ultra liberais, ou ditatoriais mesmo) de transformar a educação brasileira em objeto de mercadoria da iniciativa privada. Nesse sentido, cabe ressaltar, mais uma vez, a percepção de educação para o governo que finda seu mandato em 2022. No país onde o aplicativo foi criado, ele desempenha a função de apoio para que os docentes potencializem suas práticas de alfabetização, sendo que, por sua vez, na república bolsonarista, o aplicativo foi idealizado como mecanismo capaz de sanar os prejuízos gerados pelos dois anos de isolamento social durante a pandemia. A educação, desde essa perspectiva, desconsidera o papel da escola como espaço próprio de integralização da formação do indivíduo e, além disso, vilipêndia o papel do profissional docente (FRIGOTTO, 2017; RAMOS, 2017).

Nos diferentes momentos pelos quais passamos, como cidadãs e cidadãos e, mais particularmente, como professoras e professores, aguentamos, assim como a canção do grupo porto-riquenho Calle 13 nos ensina, diversos dissabores que, aparentemente, podem nos impedir de agir. A ação é fruto de uma necessidade, quase sobre humana, de reverter algo que consideramos que está, de alguma forma, nos oprimindo. No caso de um país inteiro, como o Brasil, vemos, pelo menos por ora, diante dos numerosos casos de desatenção ao bem público, que as formas de agir diante da barbárie podem se dar pela ação pedagógica e por diferentes tipos de movimentos que se uniram e, assim, exigiram, nas eleições de 2022, mudanças em todos os sentidos: desde mudança de políticas de desmonte, à mudança ideológica no sentido de vermos respeitado o que a própria sociedade ocidental chama de “ser humano” para, dessa forma, pensarmos, juntos com os diferentes, maneiras de estabelecer o bem-viver (KRENAK, 2020). No mais, precisamos, neste momento, respirar, seguir e agir na hora que devemos fazê-lo, porque a luta não terminou - ela só começa sem sabermos o fim.

¹¹ Para mais informações sobre o conceito de colonialidade, ver Souza (2017).

Como professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores e sempre estudantes em formação, uma de nossas formas de resistência é trazer à luz nossas escrituras (EVARISTO, 2020) e, assim como este texto de Apresentação, último do ano de 2022, ressalta nossas inquietudes e, ao mesmo tempo, anuncia o início de um novo ciclo que, *por lo que venga y por este instante*, nos convida a brindar por "el aguante".

Referências

EVARISTO, Conceição. A escritura e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Org.). **Escritura**: a escrita de nós Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-47.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. de Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola "sem" partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ. 2017, p. 17-34.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Trad. Cynthia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Grassinete C. de Albuquerque; SILVA-ANTUNES, Paula Tatiana da. As balbúrdias nas universidades públicas: entre a educação-resistência e a (des)educação dos ministros da educação do Brasil. In: TANZI NETO, A. (Org.). **Linguística aplicada de resistência**: transgressões, discursos e política. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021, p. 177-204.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola "sem" partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ. 2017, p. 75-86.

SOUZA, João José Veras. **Seringalidade**: o estado da colonialidade na amazônia e os condenados da floresta. Manaus: Valer, 2017.

SZUNDY, Paula Tatianne Carréra. A base nacional comum curricular: implicações para a formação de professores/as de línguas(gens). In: MATEUS, E.; TONELLI, J. R. A. (Orgs.). **Diálogos (im)pertinentes entre formação de professores e aprendizagem de línguas**. São Paulo: Blucher, 2017.

Equipe Editorial

Aquesia Maciel Goes (GEADEL/UFAC)¹²

Luciano Mendes Saraiva (GEADEL/UFAC)¹³

Maristela Alves de Souza Diniz (GEADEL/UFAC)¹⁴

Paula Tatiana da Silva-Antunes (GEADEL/UFAC)¹⁵

Shelton Lima de Souza (GEADEL/UFAC)¹⁶

¹² Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil. Centro de Educação, Letras e Artes (CELA); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3271-2171>; aquesia.goes@ufac.br

¹³ Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil. Centro de Educação, Letras e Artes (CELA); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7437-6340>; luciano.saraiva@ufac.gov.br

¹⁴ Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil. Centro de Educação, Letras e Artes (CELA); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9841-3847>; malvesdiniz1@gmail.com

¹⁵ Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil. Centro de Educação, Letras e Artes (CELA); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7372-8153>; paula.antunes@ufac.br

¹⁶ Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil. Centro de Educação, Letras e Artes (CELA); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4735-8531>; shelton.linguista@gmail.com